

JARDIM SECRETO: educação como desejo de liberdade na diáspora africana

RESENHA DE

SILVA, A. L. (2021). *JARDIM SECRETO: EDUCAÇÃO COMO DESEJO DE LIBERDADE NA DIÁSPORA AFRICANA* (1A ED.). RIO DE JANEIRO, RJ: MAUÁ X.

Giuslane Francisca da Silva

Secretaria de Estado de Educação, Juína, MT, Brasil. E-mail: guslanesilva@hotmail.com

Homens morrem, como todos morremos. Essas páginas vão permanecer. O ato de colocar tinta no pergaminho torna os atos duradouros (Skins, 2018).

A obra *Jardim secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana* foi lançada em 2021, de autoria da professora, historiadora e escritora Alexandra Lima da Silva. A referida obra resulta de anos de estudos da autora mencionada. Nela, busca-se evidenciar que, ao contrário do que o senso comum prega, havia crianças, mulheres e homens escravizados, livres e ex-escravos nas Américas que eram letrados. Outro objetivo da autora é evidenciar que o letramento se constituiu em importante ferramenta na luta contra a escravatura, e, embora seu foco seja a província do Rio de Janeiro do século XIX, ela compreende também outras territorialidades, como Minas Gerais e Piauí, além dos Estados Unidos. Há um silêncio em torno dessa questão, e é justamente com o intuito de rompê-lo que essa obra foi escrita. Essas são algumas questões discutidas na presente obra. O livro é composto por quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. Do início ao fim, o leitor é conduzido por uma viagem que abarca partes da África e das Américas.

Para a construção da obra, Lima recorreu a uma série de fontes, como recortes de jornais, autobiografias e biografias, além de bibliografias especializadas já produzidas. Muitas dessas bibliografias são de pesquisadores e pesquisadoras provenientes de São Domingos, Barbados, Jamaica, Cuba, Estados Unidos, Lima, Rio de Janeiro e Salvador, dentre outras regiões. Algumas produções são da própria autora, que nos últimos anos tem se dedicado exaustivamente à temática. Ao longo da obra, a autora leva-nos a conhecer as experiências de alguns homens, mulheres e crianças negros escravizados, ex-escravos e livres nas Américas. Ela discorre acerca de que aqueles foram sujeitos que viveram em espaços e períodos diferentes, assim como possuíam em comum a experiência do cativo e os usos da leitura e/ou da escrita. Assim, como bem defende Alessandra Schueler (2021, p. 15-16), a presente obra objetiva “[...] contar histórias silenciadas de pessoas que atravessaram, e foram atravessadas, pelos encantos e possibilidades do domínio da leitura, e, algumas vezes, da escrita como recurso cultural, tática e estratégia de luta tantas vezes clandestina, esperança de vida e liberdade [...]” nas Américas.

Feitas as considerações iniciais, vamos refletir sobre algumas questões colocadas pela autora. Já na Introdução, chama atenção o título ‘Leituras sobre educação e diáspora africana nas Américas’, cujo objetivo é discutir sobre as mais diversas experiências de educação de sujeitos escravizados, livres ou ex-escravos nas cidades coloniais americanas. Ademais, ela inova, mais uma vez, ao conectar tais experiências aos processos de independência e pós-independência de alguns países e cidades do vasto continente americano.

No primeiro capítulo do livro, ‘O segredo das letras: o saber que se anuncia em tempo de escravidão’, a autora realizou um minucioso mapeamento de anúncios de jornais que circularam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1830 e 1888. O objetivo foi encontrar escravizados que sabiam ler e escrever. Tal informação aparecia em anúncios de compra, venda, aluguel e fugas de escravos e escravas, visto que o emprego de tal informação era frequente. O objetivo dos anunciantes era valorizar o(a) escravo(a) em caso de venda ou aluguel ou identificar em caso de fugas. A título de exemplo, foram encontrados vários casos de escravos e escravas que dominavam as letras, como Adão, Elizário, Bento, Estanislau e muitos outros (Silva, 2021). Outro ponto a se salientar aqui é a quantidade de títulos de periódicos que a autora mapeou, dez ao total. É um fator importante, pois, seguindo a lógica, se tem oferta (periódicos circulando), é porque existe demanda (pessoas que consomem esse produto), logo, é mister afirmar que, pelo menos em cidades como o Rio de Janeiro, havia mais alfabetizados do que durante muito tempo a historiografia defendeu. Discussões nessa perspectiva também foram feitas no livro organizado pelas autoras Venâncio, Secreto e Ribeiro (2017), ou ainda, de Schueler e Teixeira (2015), dentre outros.

Também chama a atenção o fato de muitos escravizados se empenharem em manter o conhecimento das letras em segredo do senhor, o que, segundo a autora, consistia em estratégia de sobrevivência, visto que o saber ler e escrever, bem como o domínio de algum ofício, agregava valor aos escravizados, isto é, tornava-os mais caros. Nesse sentido, a alforria tornava-se uma possibilidade ainda mais remota. Torna-se relevante discutir aqui, de acordo com a visão da autora, como o domínio da leitura e escrita se configurava em estratégia de sobrevivência. Ao buscarem o domínio de saberes a eles/elas negados, escravos(as) e ex-escravos(as) iam na contramão do sistema. Há registros de escravos(as) que falsificaram passaportes, como Lilly Ann Granderson (Silva, 2021). Esses escravos fizeram uso do saber ler para obter informações sobre os movimentos abolicionistas e, conseqüentemente, das lutas pelo fim da escravatura, dentre muitos usos que poderiam ser citados.

Além de estratégia de sobrevivência, saber ler e/ou escrever constituía-se em mecanismo de distinção social. Dominar as letras seria uma espécie de “[...] refúgio para as dores e privações de uma vida sem liberdade” (Silva, 2021, p. 24). Outros chegavam nas Américas sabendo ler e escrever, como no caso dos africanos islamizados. Alguns aprendiam a ler e a escrever “[...] português na [sic] África, ou

com outros escravos da cidade que continuavam a transmitir a língua de pai para filho” (Karash apud Silva, 2021, p. 88). Para a autora, a escrita “[...] representou uma forma de comunicar as experiências e vontades dos diferentes sujeitos, dentre os quais os escravizados” (Silva, 2021, p. 29). Podemos incluir no mesmo grau de relevância o domínio da leitura. Era também uma forma de obter algum tipo de vantagem, em uma época em que a taxa de analfabetismo era expressiva.

No segundo capítulo, ‘Cenas da escravidão, caminhos da educação: os significados da instrução de escravizadas e escravizados’, a historiadora traz à baila os diversos espaços e processos possíveis para a aprendizagem da leitura e escrita. Uma outra pergunta emerge dessas afirmações: como e em quais espaços os escravizados tinham acesso ao mundo das letras? Muitos aprendiam em segredo, sozinhos ou por intermédio de outros na mesma condição. Eles podiam fazer uso da criatividade e dos objetos improvisados para estudar. Dentre os espaços, a autora cita os ambientes domésticos. Muitos escravizados foram introduzidos ao mundo letrado por seus senhores e senhoras, preceptores, párocos e até agregados. Quanto aos recursos, em larga medida, fazia-se o emprego de textos bíblicos para tal finalidade, uma vez que havia o interesse por parte dos senhores de que os escravizados fossem instruídos de acordo com os princípios cristãos, e, para tal, o saber ler era relevante. Importa salientar que os escravizados (ou grande parte deles) podiam ter acesso somente a trechos da Bíblia, como bem salienta a autora.

Lima cita o exemplo de uma escola na fazenda do comendador Joaquim de Souza Breves. A instituição era regida por um escravo e atendia meninos, meninas, livres e escravizados. Todavia não fica claro se esse escravo, cujo nome é desconhecido, recebia alguma remuneração, ou se era cobrado algum tipo de taxa daqueles que a frequentavam. Pode-se citar ainda a escola fundada pelo escravo Zózimo, mais conhecido como Zé Índio, no Rio de Janeiro do século XIX (Silva, 2021). Zé Índio era apadrinhado da família de Pedro Pereira da Silva e foi levado para a Europa com o objetivo de fazer companhia aos filhos deste último. Não se sabe exatamente como foi o processo de alfabetização de Zé Índio, contudo os relatos afirmam que o processo foi rápido. Quando retornou ao Brasil, decidiu que era preciso transmitir os conhecimentos adquiridos durante a sua estadia no Velho Mundo. Vale também citar o caso de Preto Come, que, nascido no Maranhão, em 1830, conseguiu alforria e abriu uma escola de primeiras letras. Esses são alguns dos exemplos que comprovam a possibilidade de falar em escravos alfabetizados e, conseqüentemente, em algumas iniciativas de instrução para atender escravizados e ex-escravos.

Havia outros espaços que permitiam aos escravizados contatos com as letras (como nas irmandades de pretos e pardos), como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, os quais, em 1859, mantinham um curso de alfabetização para escravizados. Pode-se citar ainda a instituição anunciada no periódico *O Fluminense*, segue o trecho: “Escola gratuita para descalças e calçados, quer adultos, quer menores. [...] Ensina-se português,

francês e aritmética” (O Fluminense apud Silva, 2021, p. 106), ou escolas noturnas, geralmente mantidas por associações abolicionistas, instituições assistenciais, além dos recolhimentos e colégios. Escravas acompanhavam as sinhazinhas quando estas eram enviadas a colégios internos ou recolhimentos, e é provável, conforme assinala a autora (Silva, 2021), que conseguissem ter acesso às aulas e, a partir daí, obter o acesso às letras. Nesse sentido, é possível citar o exemplo das escravas que acompanhavam as filhas de Chica da Silva ao Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre de Macaúbas. A autora mapeou, inclusive, um anúncio de jornal no qual constava uma escrava para a venda, a qual, além de ter várias habilidades, como cozinhar e costurar, sabia ler e escrever “[...] porque andou no colégio” (Jornal do Commercio apud Silva, 2021, p. 102). Outro anúncio de venda de uma mucama dizia: “[...] vende-se uma mucama muito prendada [...], sabe ler, escrever, falar francês e tocar piano, por ter sido criada em um colégio [...]” (Jornal do Commercio apud Silva, 2021, p. 102).

A autora chama atenção também para a existência de escolas escravas corânicas que permitiam aos escravizados o acesso à leitura mediante a leitura do Corão. No entanto a autora não entra em pormenores sobre o funcionamento das escolas corânicas. Casos de experiência desse mote foram confirmados na Bahia e Rio de Janeiro. Além de se debruçar sobre a inserção de escravizados no universo letrado, a escritora discute outras formas de aprendizagens, como da música e autodidatismo. Mapeia, inclusive, bandas compostas por escravizados, das quais os senhores conseguiam obter ganhos consideráveis. Um exemplo pode ser encontrado no livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, de Henry Koster (1793-1820), no qual fez menção à banda dos escravos de Simplício Dias da Silva (Silva, 2018). Outras habilidades também incluíam o domínio de diferentes idiomas, tais como inglês e francês, além de ofícios: chapeleiros, ferreiros, quituteiras, dentre outros.

Uma outra abordagem realizada na obra pela autora é o mapeamento de alguns movimentos abolicionistas¹ da década de 1870. Esses, por sua vez, mantinham associações e escolas que tinham como objetivo atender escravizados, livres e ex-escravos. Para tanto, essas iniciativas partiam de ações individuais ou coletivas de homens e mulheres, cujos pais e/ou avós haviam sido escravizados e, não raro, recém-alforriados. Um exemplo elucidativo é Israel Soares, que aparece em outras produções da autora, como *As rosas que o vento leva* (Lia, 2020), obra voltada para o público infantojuvenil. Israel Soares foi um ex-escravo que viveu no Rio de Janeiro do século XIX, o qual fora alfabetizado e sabia da importância do

¹ O movimento abolicionista surgiu no século XIX e teve papel importante na assinatura da Lei Áurea (1888). O movimento reuniu pessoas de diversos grupos da sociedade que agiram de diferentes formas para o fim do sistema escravista. O movimento abolicionista ganhou força na década de 1870 no Brasil, e a criação de 25 agremiações entre 1868 e 1971 exemplifica tal crescimento. Dentre os abolicionistas mais conhecidos, podemos citar: Joaquim Nabuco, Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio. Para mais informações, consultar: Alonso (2018) e Silva (n.d.).

domínio das letras. Abolicionista, militou pelo fim da escravatura e discriminação racial. Ainda na condição de escravo, fundou um curso noturno e passou a ensinar as primeiras letras a homens e mulheres que foram privados de quase tudo, inclusive da liberdade (Silva, 2021).

Já no terceiro capítulo, intitulado ‘O silêncio das rosas: educação e instrução na experiência de escravizados e libertas’, o foco é dado às mulheres escravizadas e libertas, mulheres que também foram silenciadas pelas violências sofridas no cativeiro e pelos estudos acadêmicos; mulheres que, quando lembradas, eram retratadas de forma objetificada, com ênfase na sensualidade, tal como foi o caso de Francisca da Silva (Chica da Silva). Nesse sentido, a autora evidencia que, quando as mulheres aparecem nas produções usuais, são retratadas como “[...] corpos sem mente” (Silva, 2021, p. 115).

A escritora do *Jardim secreto* traz importantes reflexões acerca das experiências de letramento de mulheres escravizadas no Brasil e nos Estados Unidos no século XVIII, sendo elas: Francisca da Silva (ou Chica da Silva), já citada anteriormente, Rosa Egipciaca, Esperança Garcia, ou ainda, Phillis Wheatley, nos Estados Unidos. Trata-se de mulheres que tinham em comum, além da experiência do cativeiro, a luta pelo acesso às letras, tanto para elas quanto para outras e outros em situação semelhante. Um aspecto importante a destacar é o desejo pelo conhecimento, bem como o uso que essas e muitas outras delas fizeram da escrita. Elas são pessoas que foram alvo da crueldade e que viram na prática da escrita uma forma de registrar a dura vida no cativeiro, outras recorreram a essa habilidade gráfica como um grito de socorro.

No quarto e último capítulo, ‘Ventos de liberdade: família negra, redes de sociabilidade e mobilidade social’, Lima investiga a trajetória de Israel Antônio Soares e de sua família, com desígnio de analisar suas atividades na rede abolicionista da cidade do Rio de Janeiro, assim como aborda o seu papel na luta pelo acesso à educação de cativos e ex-escravos. Ele, escravo letrado, fundou uma escola justamente para atender cativos e ex-escravos (Silva, 2021). Não só a trajetória dele foi investigada pela autora, mas sua família também foi minuciosamente estudada no cenário da abolição e pós-abolição. A partir de pistas levantadas, a pesquisadora afirma que a família de Israel entendia a importância da educação e investiram arduamente na luta pelo acesso às letras. E ele, como dito anteriormente, foi um abolicionista que esteve durante grande parte de sua vida não somente envolvido com a luta pelo fim da escravatura, mas também militava pela inserção de ex-escravos nos espaços públicos. Doravante, ele foi uma personagem um tanto respeitada, chegando a ter um papel de liderança na irmandade negra a qual pertencia. Após ele, como defende a autora, seus filhos continuaram na luta, militando pelas causas sociais, como no movimento operário e contra o racismo. Um deles, Israel Soares Junior, graduou-se em Medicina, em 1912, feito raro tendo em vista que o acesso a esse curso sempre fora difícil, ainda mais tratando-se de um

homem de cor e de poucas posses. A educação para essa família (e muitas outras) era vista como caminho para a liberdade e distinção social.

Lima, a partir de Frederick Douglas, afirma que o “[...] conhecimento seria uma arma, pois torna uma pessoa incapaz de ser escravizada” (Silva, 2021, p. 37). Nessa perspectiva de uso da leitura e escrita, pode-se citar o caso de Phillis Wheatley Peters (1753-1784). Phillis nasceu no Senegal e foi raptada e traficada para as Américas ainda criança, tinha cerca de sete anos. Em Boston, Estados Unidos, foi comprada por John Wheatley. Phillis era frágil fisicamente falando, motivo pelo qual seus proprietários a mantinham nos trabalhos domésticos ‘mais brandos’. A menina foi ensinada a ler e a escrever e, logo, a sua inteligência foi notada, de forma que em pouco tempo ela “[...] estava imersa na Bíblia, astronomia, geografia, história, literatura britânica” (Phillis Wheatley, n.d.). Por volta dos catorze anos, Phillis começou a escrever os seus primeiros poemas, cuja temática girava em torno da espiritualidade (Biografias de mulheres africanas, n.d.). Aos dezoito anos, já possuía cerca de 28 poemas escritos, contudo a sua primeira publicação ocorreu quando tinha vinte anos. *A Poems on various subjects and moral* (1773), obra que deu a Phillis reconhecimento considerável, é considerada a primeira obra de um afro-americano publicada nos tempos modernos (Phillis Wheatley, n.d.). Phillis foi alforriada pouco antes da morte de seu proprietário, em 1774. Na condição de livre, escreveu outro livro que não foi publicado.

Destarte, a ideia que a autora sustenta é a de que escravizados, ex-escravos e livres fizeram distintos usos do domínio da escrita e leitura, como: saber escrever o nome no passaporte e transitar como forro; denunciar maus-tratos a autoridades, como Esperança Garcia; recorrer a alguém para que intercedesse por um ente querido, a exemplo de Maria Rosa; registrar suas trajetórias de vida e, conseqüentemente, os horrores do cativeiro, dentre outros fins. Tal habilidade fez total diferença, visto que, em uma sociedade na qual a inteligência era condenável em um escravizado, muitos escravizados e ex-escravos fizeram da escrita e da leitura muitos usos, dentre eles, a prática de “[...] preservação da cultura e memória do povo na Diáspora Africana” (Amorim, 2021). Ademais, *Jardim secreto* é uma obra que vale a pena ser lida, sobretudo porque traz discussões de suma importância, especialmente porque se propõe a questionar e a trazer luz a temas ainda pouco debatidos pela historiografia.

REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2018). Processos políticos da abolição. In L. M. Schwarcz, & F. Gomeso (Orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Amorim, J. C. (2021). Diga os nomes delas: um convite à leitura de Flores de Ébano. *Pensar a educação*. Recuperado de: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/diga-os-nomes-delas-um-convite-a-leitura-de-flores-de-ebano/>
- Biografias de mulheres africanas: Phillis Wheatley (1753-1784)*. (n.d.). Recuperado de: <https://www.ufrgs.br/africanas/wheatley-phillis-1753-1784/>
- Lia, X. (2020). *As rosas que o vento leva*. Rio de Janeiro, RJ: Kitabu.
- Phillis Wheatley*. (n.d.). Recuperado de: <https://www.poetryfoundation.org/poets/phillis-wheatley>
- Schueler, A. F. M. (2021). Por entre espinhos, dores e rosas: um jardim secreto e nossa liberdade. In A. L. Silva. *Jardim secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana* (1a ed., p. 15-21). Rio de Janeiro, RJ: Mauá X.
- Schueler, A. F. M., & Teixeira, G. B. (2015). Educar os pobres e os negros: representações, práticas e propostas de educação na imprensa periódica na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889). *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, 15, 135-145. Recuperado de: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antteriores/revista-dm-15.pdf>
- Silva, D. N. (n.d.). *Movimento abolicionista*. Recuperado de: <https://escolakids.uol.com.br/historia/movimento-abolicionista-popular-e-a-escravidao.htm>
- Silva, A. L. (2021). *Jardim secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana* (1a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Mauá X.

Silva, A. L. (2018). O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). *Revista Brasileira de História da Educação*, 8, 1-29. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/vzXpZ8j4rGnRqSBz5Q69dc/?format=pdf&lang=pt>

Skinns, C. (Produção), & Emmony, A., & East, J. (Direção). (2018). *The Last Kingdom: temporada 3, episódio 9*. Estados Unidos: BBC América/Netflix.

Venâncio, G. M., Secreto, M. V., & Ribeiro, G. S. (Orgs.). (2017). *Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X.

GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA possui graduação em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso e mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. É doutora em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Atualmente é professora da rede pública estadual de ensino do Estado de Mato Grosso.

E-mail: giuslanesilva@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1695-5261>

Recebido em: 26.11.2021
Aprovado em: 26.08.2022
Publicado em: 01.12.2022

Editor-associado responsável:

Cláudia Engler Cury
E-mail: claudiaenglercury73@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2540-2949>

Como citar esta resenha:

Silva, G. F. (2023). Jardim secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana. *Revista Brasileira de História da Educação*, 23. DOI: <http://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e245>

Esta resenha é publicada na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).